

## **Psicologia das Emergências e Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil**

**Marcos Ferreira e Cristina Silva**

### **I - Defesa Civil consiste em um espaço de luta política**

O planeta vive um processo sem precedentes conhecidos de ocorrência de intempéries climáticas e cataclismos de vários tipos. Eventos adversos têm ocorrido em número e magnitude crescentes. A ocorrência desses eventos tem obrigado a todos nós a reconhecer que, por um lado, nos países que se organizam para enfrentar esses eventos, ocorre uma redução dos efeitos desastrosos para a população, principalmente no que diz respeito à perda de vidas. Por outro lado, vai ficando claro que uma nova organização das sociedades precisa ser engendrada, que possibilite o surgimento de mecanismos de auto-proteção social e melhor aproveitamento dos recursos públicos na prevenção de desastres, no estabelecimento de modos alternativos de obter respostas às necessidades de locomoção, habitação e alimentação e, ainda, na atenção às populações afetadas.

No caso brasileiro, essas ocorrências coincidem com um estágio avançado de deterioração das condições de vida nas cidades, onde ocorreu em menos de um século um crescimento significativo de sua população e uma inversão no tipo de ocupação do território, passando de uma maioria vivendo no meio rural para uma maioria vivendo no meio urbano. Soma-se a isto uma história mais que centenária de degradação das condições de vida do povo brasileiro (que sofreu uma inédita, mas ainda pequena redução nos últimos anos), cujos resultados têm sido o surgimento contínuo de desastres que causam sofrimento à população.

A Psicologia brasileira viveu uma possibilidade rara de aproximar-se de uma política pública, ainda em fase de construção. Tratava-se da possibilidade de uma profissão passar, de forma articulada e discutida, a contribuir para a melhoria das iniciativas de Defesa Civil. Um passo importante para a melhoria

da Defesa Civil e, ao mesmo tempo, um modo de alavancar processos importantes para a Psicologia.

A partir de 2006, a Secretaria Nacional de Defesa Civil aceitou a proposta de trabalho do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e, em colaboração, foi realizado o I Seminário Nacional de Psicologia das Emergências e dos Desastres. Desde então, diferentes iniciativas têm sido realizadas. O ponto culminante dessa colaboração pode ser identificado na realização da I Conferência Nacional de Defesa Civil (I CNDC), quando o CFP participou ativamente do processo de construção das atividades e dos debates sobre o tema. Essa participação foi marcada todo o tempo pela busca de vitalidade e exercício pleno dos processos democráticos na construção de uma Política Pública de Defesa Civil.

O CFP, em parceria com ABEP e Secretaria Nacional de Defesa Civil, propôs atividades de promoção da participação de psicólogos e estudantes no Defencil e na Conferência Nacional de Defesa Civil. O CFP também participou da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Defesa Civil e em vários estados, os CRPs trabalharam para que efetivamente acontecessem as Conferências Estaduais.

Além disso, o CFP promoveu a criação da Rede Latino Americana de Emergências e Desastres, que já se reuniu na Argentina, Brasil, Cuba e Chile e tem proposto atividades sobre o tema em Congressos e eventos diversos, inclusive no último Fórum Social Mundial (a única atividade deste tema no Fórum). Vários CRPs também organizaram/participaram de atividades que propiciaram a discussão acerca do assunto ou fizeram reportagens sobre o tema em jornais, sites, tais como o CRP-03, CRP-04, CRP-06, CRP-07, CRP-12 e CRP-16.

A Conferência teve muitos entraves para a sua realização (ANEXO 1). Contudo, o CFP pôde estabelecer relações com outras entidades da sociedade civil, buscando articular no movimento social críticas e propostas para uma Conferência efetivamente democrática. De fato, uma Conferência que não

deixasse no seu rastro canais de expressão da crítica e propostas da sociedade não teria cumprido o seu papel. Nesse sentido, a atuação do CFP foi radical na busca da garantia de relações democráticas na construção da I CNDC.

Dentre outras iniciativas, o CFP organizou um documento com proposta de teses gerais aos delegados da Conferência Nacional da Defesa Civil. Esse documento foi assinado com a colaboração de organizações da sociedade civil (como a Cáritas Internacional) e unidades acadêmicas voltadas ao estudo da Defesa Civil (como o NEPED, da Universidade Federal de São Carlos) e abordou vários temas fundamentais para o fortalecimento de uma política pública de Defesa Civil. As propostas que foram apresentadas seguem abaixo acompanhadas de comentário de contextualização de seu surgimento:

1. Que haja linha de investimentos para elaboração de Planos Municipais de Defesa Civil com interação transversal com as demais políticas públicas (Sistema Único de Saúde - SUS, Sistema Único de Assistência Social - SUAS, Secretarias de Educação).

Comentário: os atuais atores da Defesa Civil fazem com que o assunto seja tratado de forma departamentalizada.

2. Que a construção da política pública de Defesa Civil ocorra com a participação igualitária entre sociedade civil, trabalhadores da Defesa Civil e poder público.

Comentário: como será exposto, há um forte controle dos gestores sobre espaço de definição, escassa participação social e subserviência dos trabalhadores (quase sempre transitórios nos seus cargos) aos interesses dos gestores.

3. Que sejam estabelecidas equipes interdisciplinares, com criação de carreira civil no aparelho de Estado, para a execução da política pública de Defesa Civil, considerando as necessidades de caráter bio-psico-social das comunidades.

Comentário: o corpo técnico de defesa civil é instável, muitas vezes dependendo dos comandos militares e sofrem modificação a cada processo de alternância de governantes.

4. Que o organismo responsável pela Defesa Civil Nacional seja uma Secretaria Especial diretamente ligada à Presidência da República, de modo a possibilitar um efetivo papel de coordenação das iniciativas governamentais tanto de prevenção, quanto nas etapas de preparação, resposta e reconstrução frente aos desastres.

Comentário: a submissão da SEDEC a um Ministério fragiliza sua capacidade de articulação de todos os setores do governo para atuar na Defesa Civil, além de fazer com que suas iniciativas fiquem submetidas ao interesse do Ministro da pasta. Seu posicionamento mais correto seria junto ao titular do Poder Executivo.

5. Que nos três níveis de governo haja destinação orçamentária para implantação, desenvolvimento e continuidade das ações contempladas nas ações de prevenção, preparação, resposta e reconstrução.

Comentário: a maioria das unidades responsáveis por Defesa Civil vive com recursos sempre escassos e à espera de recursos extraordinários (no caso da SEDEC, recursos de medidas provisórias).

6. Que seja rejeitada a possibilidade de opção entre investimentos em prevenção ou reconstrução, já que as duas vertentes de ação terão que ter tratamento competente por parte dos organismos responsáveis por Defesa Civil.

Comentário: diante da incapacidade de fazer frente às demandas da sociedade nos momentos de desastre, o tema da prevenção tem servido como válvula de escape para gestores que alegam enfatizar esse tema e preferem buscar, na retórica e no discurso, um espaço cativante na atualidade. Qualquer averiguação da efetividade de seu trabalho comprova a inconsistência entre discurso e prática.

7. Que nas ações de prevenção seja dada prioridade ao incentivo, apoio material e técnico às ações dos NUDECs – Núcleo de Defesa Civil, compreendendo-os como mecanismo de auto-proteção da comunidade.

Comentário: a SEDEC anuncia enorme número de NUDECs (unidades de articulação em cada bairro voltadas à identificação de riscos e definição de meios de prevenção e formas de ação em caso de desastre). Entretanto, sabe-se que com raras exceções, eles são praticamente inexistentes. Peça fundamental de organização da Defesa Civil, segundo a Política Nacional que foi reafirmada pelo Presidente Lula em 2005, não há suficiente atenção para eles e sua falta se faz sentir em cada desastre vivido no país.

8. Que haja transparência e facilitação do acesso às informações relacionadas à Defesa Civil, de modo a garantir controle social sobre todas as informações referentes à prevenção e ocorrência de Emergências e Desastres. Tais informações devem cobrir desde os recursos destinados e utilizados em cada intervenção, até o número de pessoas e domicílios afetados, infra-estrutura afetada; garantia de acesso ao AVADAN (Formulário de Avaliação de Danos); sempre disponibilizadas no site da SEDEC.

Comentário: a desinformação é geral nos organismos gestores, mais uma vez com raras exceções. Ao invés de informação adequada, os números atravessam os discursos eleitorais e as acusações entre os governantes.

9. Que seja garantido o controle social das informações referentes a Emergências e Desastres, prestadas pelo ente público de forma contínua, atualizada e independente de solicitação e constrangimentos burocráticos, por ser condição indispensável para garantir o planejamento de Estado, tanto numa perspectiva intersetorial quanto nos três níveis de governo; para garantir o planejamento do setor privado e a boa condução dos investimentos geradores de emprego e renda; para garantir o planejamento do terceiro setor; para garantir o atendimento adequado das comunidades vulneráveis; e por fim, para permitir a fiscalização da lisura das práticas do ente público no tema.

Comentário: quem tenta obter informação para organizar uma intervenção se defronta com situações de negação de informações, que são de propriedade pública. As informações, por vezes, apenas são viabilizadas na dependência das relações dos gestores com os atores sociais reclamantes.

10. Que a efetividade do uso dos recursos obtidos para prevenção de desastres e reconstrução das condições de vida das pessoas afetadas seja avaliada de modo sistemático e contínuo, visando a otimização do processo de redução da vulnerabilidade da população, inclusive quando afetada por desastres.

Comentário: não ocorre algum tipo de avaliação das ações empreendidas após os desastres sofridos pelos brasileiros. Mais uma vez prevalece a lógica: todas as decisões são consideradas, por princípio, corretas.

11. Que nas ações de resposta e reconstrução, seja considerado de forma permanente o incremento do protagonismo da população afetada na organização dos serviços, na tomada de decisões e na condução das ações a serem empreendidas.

Comentário: elemento fundamental para a reconstituição psicológica, o protagonismo dos afetados é tratado geralmente como um estorvo e um “uso político do desastre”. Coerentemente com as diferentes frentes de luta de que participam os psicólogos, o CFP mantém nesse espaço a política de apoio à organização política dos afetados para que eles possam ser atores de seu restabelecimento.

12. Que seja estabelecida imediatamente gestão pública civil nos organismos de Defesa Civil em todos os níveis, implicando dizer, nos moldes de um compromisso impostergável com a cidadania ativa e plena do povo brasileiro.

Comentário: a democratização do aparelho de Estado, assim como sua submissão à racionalidade da gestão pública civil, precisam ainda chegar à grande parte das unidades gestoras de Defesa Civil.

13. Que sejam imediatamente instalados os conselhos Municipais, Estaduais e Nacionais de Defesa Civil, com participação dos diversos segmentos da sociedade.

Comentário: há Estados brasileiros onde a expressão “defesa civil” significa diretamente o nome de uma só pessoa. Essa personalização reflete não somente a debilidade do aparelho de Estado, mas a inexistência de um movimento social voltado para esse tema. Será preciso provocar esse surgimento, como forma de incrementar a atenção dos gestores de Defesa Civil aos problemas vividos pela população afetada, como também disponibilizar para a sociedade espaços de debate e avaliação organizados acerca da Política de Defesa Civil.

14. Que a avaliação da I Conferência Nacional de Defesa Civil seja disponibilizada para o conjunto da sociedade brasileira.

Comentário: o processo de construção e direção da Conferência denotou a dificuldade dos profissionais de lidar com o movimento social. Houve um inchaço de gestores e a redução da participação da sociedade civil. Em muitos Estados, gestores articularam profissionais ligados à área para concorrerem pela sociedade civil. Em muitos estados a atuação dos gestores não esteve voltada ao cumprimento da proporcionalidade das representações, ou seja, 50% da sociedade civil, 20% de gestores e 30% de trabalhadores.

## **II - A profissão Psicologia tem múltiplos fazeres no âmbito da Defesa Civil**

Para além do exercício do Controle Social sobre a elaboração e acompanhamento das políticas públicas de Defesa Civil, esse período de atuação no tema permitiu que o CFP confirmasse algumas perspectivas que haviam sido afirmadas ainda em 2007. Naquele momento quando, em colaboração com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, foi reunido um grupo de especialistas no tema. Sua tarefa foi estabelecer as bases de um programa de ensino com interface entre Psicologia das Emergências e dos Desastres e a Defesa Civil.

Naquele momento, foi esclarecido que a gama de atividades possíveis de serem realizadas por psicólogos no âmbito da Defesa Civil é enorme. Essas atividades podem acontecer em todas as etapas consideradas como relevantes para os organizadores da Defesa Civil (prevenção, preparação, resposta e reconstrução).

O grupo precisou debater a diferença entre duas posições muito claramente divergentes na definição do papel dos psicólogos nas situações relacionadas ao tema dos desastres. Por um lado, era percebida uma tendência de gestores da Defesa Civil (e até mesmo de setores da profissão) que compreendiam que a atenção a problemas psicológicos decorrentes de desastres era a única ou principal ênfase da prática de um psicólogo na situação de desastres. De outro lado, havia uma visão de que todos os fazeres dos psicólogos teriam grande utilidade para o tema da Defesa Civil, sendo que haveria uma gama de possibilidades para seu envolvimento com a temática.

De fato, a própria lógica do curso que começou a ser organizado pressupunha que essa área não consistia em um fazer novo para os psicólogos. Defesa Civil era apenas um lugar novo para fazer algo que era conhecido pelos profissionais da Psicologia. Segundo esta visão haveria perda para a Psicologia em tentar restringir seu âmbito de atuação a um dos seus fazeres possíveis. Ainda mais, quando essa restrição recaísse sobre um fazer que dependesse de acontecerem desastres. Numa caricatura, os psicólogos teriam que ficar parados esperando (claro que não torcendo para que) os desastres acontecessem.

A defesa de uma visão mais abrangente da atuação da Psicologia das Emergências e Desastres em sua interface com a Defesa Civil abria a porta, especialmente para que os psicólogos pudessem se envolver na realização de atividades voltadas à prevenção dos desastres. Logo na primeira tentativa de estabelecer um elenco de possibilidades de atuação, dezenas de fazeres foram listados, como pode ser observado no ANEXO 2, na lista que aponta

diretamente as diferentes fases do trabalho da Defesa Civil a que refere o fazer indicado.

### **III - Propostas de encaminhamentos**

O processo de construção de uma atuação consistente dos psicólogos no tema da Defesa Civil precisa prosseguir. Nesse trajeto será preciso que os psicólogos e o sistema Conselhos busquem respostas para um conjunto de questionamentos que abrangerão diversas áreas e temas. A simplificação (como já aconteceu em nosso passado) somente poderá resultar em prejuízos para a profissão e para a própria Defesa Civil. Nesse sentido, a primeira proposta de encaminhamento refere-se a promover o debate sobre um conjunto de temas que está apresentado no ANEXO 3 deste documento.

Esse Anexo reúne contribuições e questionamentos surgidos ao longo destes anos de trabalho dos Conselhos no tema da Defesa Civil, inclusive durante o último Fórum Social Mundial onde a atividade proposta pelo CFP foi a única que debateu Defesa Civil em toda programação montada em Porto Alegre.

A segunda proposta de encaminhamento refere-se à organização de um seminário nacional sobre Psicologia das Emergências e Desastres também com base nos temas do ANEXO 3. Nesse seminário poderá ser tratada a interface dessa área com o tema da Defesa Civil. Um evento que ocorra nos mesmos moldes daquele sobre Psicologia e Mídia, onde possam ser conhecidas e debatidas as diferentes compreensões e visões sobre a forma de organizar a profissão para enfrentar os desafios que estão postos para os psicólogos brasileiros nesse assunto.

A terceira proposta de encaminhamento visa que esse debate não fique subsumido no Sistema Conselhos. Exigir que o Conselho responda diretamente por esse assunto poderia significar a retomada de um modo de compreender seu papel que, além de antigo, foi superado pela prática democrática desta instituição. Essa prática consistia em compreender que Conselho devesse ser toda a Psicologia. Para evitar esse risco e para

emprestar vitalidade ao tema, fica proposta a criação de uma Associação Brasileira de Psicologia das Emergências e Desastres. Por meio da reunião de profissionais especificamente interessados no tema e capazes de fixar propostas e fazer avançar o debate, o Sistema encontrará um parceiro à altura da responsabilidade que ele tem de zelar pelo exercício profissional em todas as áreas de atuação de psicólogos.

## ANEXO 1

### **O processo da Conferência e seus desdobramentos**

A tematização do sofrimento humano gerado pelos desastres, assim como a busca de formas de atenuar esse sofrimento e a elaboração de projeto coletivo de reconstrução, são elementos desencadeadores do interesse da profissão pela Defesa Civil. Mas, não podemos esquecer que este, como qualquer outro espaço da gestão pública consiste em arena de lutas entre diferentes perspectivas. Essas diferenças algumas vezes dizem respeito à definição das formas mais adequadas de realizar as ações da Defesa Civil, mas em muitas oportunidades as diferenças dizem respeito à definição de quais interesses serão privilegiados nas ações governamentais.

A inação da Secretaria Nacional de Defesa Civil diante do absurdo vivido no Rio de Janeiro é exemplo da diferença de interesse. A SEDEC praticamente não existe no cenário do Rio. Essa falta de iniciativa tem sentido político definido. Quando consultada, a Secretária se limita a dizer que ainda não chegou o momento de enviar profissionais para colaborar com as forças que estão atuando no resgate e assistência aos cidadãos afetados. Enquanto isso, a Força Nacional de Segurança enviou cinquenta bombeiros para apoiar as ações no Rio de Janeiro.

Depois, diante da denúncia de que mais de sessenta por cento do dinheiro liberado para prevenção foi para a Bahia, enquanto o Rio recebeu menos de

um por cento, a resposta dada pela SEDEC vem com enorme simplicidade explicando que essa diferenciação é decorrente da “qualidade dos projetos apresentados”. Como se a habilidade para elaborar bons projetos fosse uma habilidade exclusiva de algum Estado brasileiro, neste caso o da Bahia (justamente o Estado de origem do Ministro – hoje candidato ao governo do Estado – e da própria Secretária).

Nesse contexto é que se compreende que problemas de diversas ordens têm surgido no processo de construção da relação entre a profissão e os atores já firmados no tema da Defesa Civil. É possível que esses problemas tenham tido uma raiz comum: nossas entidades encararam os desafios com disposição para buscar resolvê-los e, de forma íntegra, encaminhar o cumprimento do que fora combinado. Quando alguma iniciativa era acordada, os representantes dos Conselhos investiam esforços e recursos financeiros de forma decidida, com o fim de fazer acontecer o combinado. Com raras exceções, nossos parceiros da Defesa Civil pareciam mais interessados em parecer que faziam as coisas do que realmente operá-las.

Em diferentes situações fomos solicitados a interromper nossas ações porque estávamos “atrapalhando” o esquema dos responsáveis pela Defesa Civil. “Atrapalhar”, neste caso, significava que nossas ações estavam mostrando que uma gama de atividades poderiam ser desenvolvidas, mas não o eram. Em outras situações, como no caso da construção da Conferência Nacional de Defesa Civil, a representação do CFP precisou ser dura para fazer valer a racionalidade da participação da sociedade no processo que foi convocado para construção da política pública. Todo tipo de recusas e até falta de urbanidade foi dirigido à nossa representação por profissionais pouco afeitos ao debate franco e aberto com a sociedade, notadamente alguns militares que tentavam impor a dinâmica da caserna ao espaço da gestão pública civil.

Ocorre que a área do governo responsável por Defesa Civil consiste em um espaço fortemente marcado pelo controle exercido por alguns poucos profissionais, em sua grande maioria militares. Mesmo profissionais das profissões consideradas civis como a Psicologia, mantém um procedimento

mais típico da caserna e, nos momentos de decisão sobre conteúdo e método de trabalho, expressam sua preferência clara pela dinâmica militar. A defesa civil tem sido disputada historicamente entre a segurança pública e corporações militares. A Conferência Nacional de Defesa Civil foi claramente contrária à lógica da sua inserção na Segurança Pública. Os bombeiros militares chegaram a fazer moção de repúdio por nem terem sido citados durante a Conferência, mas na criação da SEDEC, ela ajuda aos militares e à Segurança Pública a se firmar como referência no tema da Defesa Civil, mas na prática, muitas vezes, a gestão pública ajuda os militares e a segurança pública a se firmarem como referências na defesa civil.

Os profissionais civis são mais comuns nas prefeituras de cidades pequenas, com raras exceções. Fora disso, a presença militar é impressionante, tanto nas coordenadorias estaduais quanto na Secretaria Nacional. Alguns militares (como no caso de São Paulo) demonstram clara compreensão da preponderância da lógica de gestão pública na área da Defesa Civil, mas é freqüente que as práticas militares sejam transferidas para o espaço da gestão civil, sem que haja sequer tentativa de fazer isso com algum disfarce.

Do ponto de vista dos governos, há alguma tendência de tratar Defesa Civil como aquele momento em que é possível fazer despesas e contratos sem licitação. O dispositivo legal da dispensa de licitação em caso de desastre parece ser imprescindível para a gerência de uma situação de anormalidade. Mas, a possibilidade de fazer negócios com maior flexibilidade ganha tanta relevância que acaba tornando a gestão de Defesa Civil algo que provoca interesse e mesmo disputa entre políticos.

O caso de Santa Catarina ao longo de 2009 pode ser tomado como exemplo. O governo catarinense se dedicou a luta ferrenha para provar que poderia decretar Estado de emergência seis meses depois de ocorrido o desastre de 2008. Para tanto, foram mobilizados todos os políticos do Estado e grande número de jornalistas servis aos interesses do governador. O único motivo da disputa era expandir o prazo para contratações sem licitação. Aparentemente

esse esforço foi maior do que aquele feito na mesma época pelos afetados das enchentes que continuam até o momento em abrigos provisórios.

## ANEXO 2

### **Possibilidades de atuação da Psicologia das Emergências e Desastres em sua interface com a Defesa Civil**

#### **Prevenção e Preparação**

1. Participação nos processos de construção de mecanismos de prevenção e atenuação de desastres (identificação e análise de riscos, procedimentos para definição de procedimentos visando a evitação da transformação desses riscos em ameaças e desastres, incremento de relações de vizinhança, etc.);
2. Definição dos mecanismos mais adequados de apoio à população afetada por desastres (abrigos, processos de reconstrução, apoio psicológico, etc.);
3. Participação na elaboração dos planos de contingência, com inclusão de cuidados na organização de abrigos e procedimentos dos demais profissionais que atuam no momento da resposta;
4. Definição das iniciativas a serem adotadas por profissionais de Psicologia no próprio processo de elaboração de planos de contingência;
5. Definição de um plano de contingência para as entidades da Psicologia e para os psicólogos no caso de ocorrência de desastres;
6. Apoio a grupos sociais e entidades representativas de profissões e de movimentos sociais para a organização de seus planos de contingências;
7. Participação na organização de procedimentos e iniciativas voltadas à atenção a populações de maior vulnerabilidade no caso da ocorrência de desastres (tais como crianças, portadores de necessidades especiais, idosos, etc.);

8. Capacitação das equipes de Defesa Civil para atuação nos momentos de resposta;
9. Organização do incentivo à articulação intra-comunitária nas várias etapas da atuação da Defesa Civil;
10. Capacitação para os profissionais que atuam no SUS, visando o estabelecimento de equipes de referência para atenção a afetados por desastres;
11. Planejamento e execução de programas de prevenção de desastres como parte das atividades escolares;
12. Planejamento e execução de programas de educação comunitária em Defesa Civil;
13. Planejamento e execução de capacitação de voluntários da Defesa Civil;
14. Participação na elaboração de treinamentos visando a que os diferentes profissionais que atuam na Defesa Civil possam se apropriar do conhecimento psicológico suficiente para tornar sua ação mais integral;
15. Organização das simulações de desastres na elaboração de planos de contingência e provocação da percepção de risco;
16. Organização e direção de reuniões de organização do plano de chamada;
17. Organização da ocupação do espaço da mídia visando o aproveitamento dos canais de comunicação para os fins da Defesa Civil;

## **Resposta**

18. Triagem de afetados segundo o nível de comprometimento psicológico gerado pelo desastre;
19. Organização e participação da análise dos cenários;
20. Organização e participação nos processos de acolhimento da população afetada nos diferentes pontos de assistência;
21. Organização dos cuidados com a manutenção dos vínculos familiares e relações de vizinhança na organização de abrigos;
22. Orientação e capacitação de voluntários que chegam a partir da instalação do desastre;

23. Organização e orientação dos processos que visam restaurar minimamente a cotidianidade da população afetada;
24. Promoção de trabalhos em oficinas e de recreação nos abrigos;
25. Promoção e orientação no uso de procedimentos que garantam a equidade no atendimento às pessoas afetadas nos abrigos e outros postos de atendimento;
26. Atenção e apoio às equipes de socorro;
27. Desenvolvimento de estratégias para o combate de abusos e assédio nos espaços de atenção à população afetada;

### **Reabilitação/Reconstrução**

28. Manejo de vínculos familiares e de vizinhança como estratégia de reconstituição da organização da vida;
29. Orientação ao restabelecimento ou criação dos coletivos, com ênfase na lógica do restabelecimento das redes de apoio social;
30. Promoção das iniciativas voltadas à reconstrução coletiva de edificações de propriedade individual e espaços de convivência;
31. Monitoramento e intervenção nos casos de reações psicológicas e emocionais;
32. Intervenções psicológicas de caráter clínico em nível individual, grupal e comunitário;
33. Incentivar os afetados pelo desastre a se integrar no processo de reconstrução enquanto protagonistas do mesmo;
34. Incentivo aos cuidados voltados à preservação dos lugares de memória.

## **Organização de um seminário nacional sobre Psicologia das Emergências e Desastres**

### **1. Abrangência da Psicologia das emergências e desastres;**

- a) Psicologia das Emergências de Desastres como exercício de Compromisso Social;
- b) Tipos de eventos e fenômenos que são visados pela Psicologia das emergências e desastres;

### **2. Defesa Civil como linha de atenção a alguns tipos específicos de desastres;**

- a) Emergências e desastres incluem dimensões que transcendem o aparato estatal e a política pública de Defesa Civil: os desastres;
- b) Desastres ocorrem onde há pessoas. Objetos são destruídos, mas pessoas sofrem;
- c) Desastre como consequência da soma entre um fenômeno adverso e precariedade das condições de vida da população;
- d) O comportamento do clima indica crescimento na quantidade e intensidade dos eventos que geram desastres;
- e) Psicologia das Emergências e Desastres e sua relação com a gestão de riscos;

### **3. Caracterização do campo e organização da Defesa Civil;**

- a) Pobreza e inconsistência da cultura de Defesa Civil;
- b) A Defesa Civil é controlada por uma pequena comunidade que define e conduz o seu desenvolvimento enquanto política e ação.
- c) Definição de modos de relação com os profissionais de carreira e os coordenadores municipais que são civis têm interesse no processo de renovação e construção de uma política pública.
- d) Formas de lidar com a gestão que, apesar de afirmar que a Defesa Civil somos todos nós, trabalham sempre na lógica da exclusão da participação da sociedade e da manutenção das regras instaladas.
- e) A história da organização da defesa civil no Brasil: marcada pela recentidade;
- f) Ausência de formação específica e de carreira profissional;

- g) Presença marcante de corporações militares (em muitos casos, da reserva), correspondendo ao preenchimento desse espaço vazio;
- h) A assistência e o resgate não são fazeres da Defesa Civil. O papel dos organismos de Defesa Civil é o de coordenar atividades, e não de realizar essas atividades. É papel da Defesa Civil estabelecer o quadro geral das intervenções e garantir que haja atores governamentais e sociais capazes de dar conta de todo o processo. O que não dá é para abandonar os cidadãos atingidos por desastre à sua própria sorte;
- i) O tema da prevenção é usado como cortina de fumaça na comunidade da Defesa Civil. Falam em prevenção como forma de não ter que prestar conta da incompetência no atendimento aos desastres concretos. No caso da Defesa Civil, o desenvolvimento tem que partir do desastre, que seu fato gerador. A prevenção é necessária, mas é consequência. É preciso garantir que haja atenção tanto para a prevenção quanto para assistência humanitária integral, sem opção entre uma e outra.

#### **4. Crítica à atual racionalidade da Defesa Civil no Brasil;**

- a) A assistência aos atingidos por desastres hoje é insuficiente e pouco competente! A atenção é focada no resgate. Os profissionais não são preparados para cuidar dos atingidos. Os abrigos são mal preparados e a maior preocupação é de desfazer os abrigos e ficar livre dos problemas gerados por haver pessoas dependentes do Estado.
- b) As corporações que estão no comando dos órgãos de Defesa Civil, a rigor, não têm o menor interesse em abrir a instituição para a participação de outros atores e, ainda, tais corporações contribuem para, com seu jargão, procedimentos operacionais e burocráticos, rituais, impedir que a defesa civil seja vista como uma força social que extrapola os seus muros;
- c) A idéia de defesa civil merece outra definição, construída participativamente, em torno da qual caiba a atuação pró-ativa do cidadão;
- d) Há preocupações com a recuperação de objetos em proporção maior do que a necessidade de aprimorar ações que lidem com o sofrimento psíquico;

- e) Preocupação concentrada nas verbas de resposta e reconstrução que não necessitam de licitação para serem utilizadas;
- f) A cultura político-institucional conservadora instituiu *habitus* burocráticos que desumanizam as relações, isto é, o gosto pelas rotinas e o centramento nos interesses corporativos que dominaram a máquina pública tiraram o foco do serviço público com o propósito de servir à sociedade. Isso é verdadeiro também nos órgãos de defesa civil, deixando um vácuo de compromisso e interlocução com os afetados em desastres que exige intervenções de grupos sociais que possam atuar no refazimento desse pacto, auxiliando os que sofrem (desalojados e desabrigados, principalmente) a lidar com a sua dor não apenas em termos subjetivos ou das intersubjetividades adstritas às relações próximas – como na convivência aviltante nos abrigos temporários - mas de uma forma socialmente organizada, reivindicando cidadania junto às esferas políticas nos três níveis;
- g) A cultura da Defesa Civil é marcada por uma visão preconceituosa sobre os afetados. Os afetados são tratados como um problema. São considerados exigentes, reclamões, indolentes e “encostados” (pessoas que gostariam de ficar vivendo à custa do Estado). Já foi dito que se pode oferecer colchão e cobertor, “mas se oferecer lençol e travesseiro, o cidadão atingido por desastre não vai mais querer ir embora”;
- h) A forma como uma instituição define um desastre tem relação com a sua capacidade de agir na cena e seu entendimento sobre o Outro. As corporações militarizadas têm um papel a cumprir no tema de desastres, mas esses desastres ocorrem sobre a estrutura e dinâmica de um mundo civil, regido por outra racionalidade. Por isso, a defesa civil não pode, como esfera pública, estar com suas visão e práticas reduzidas ao entendimento de mundo de uma ou poucas corporações, ainda mais num universo distinto do fazer civil, que é um fazer multidimensional, polissêmico e democrático;
- i) O planejamento para a redução de desastres que precisa ser feito com densidade no Brasil, na interação dos diferentes grupos profissionais, lideranças comunitárias e religiosas, movimentos sociais, empresariado, outras porções do meio civil e também, militar. Isso exige uma

considerável capacidade de mediação de olhares e interesses distintos, pois subjazem conflitos que resvalam em direitos que devem ser, seguramente, protegidos e, nesse aspecto, o psicólogo pode, juntamente com cientistas sociais, colocar o foco nas pessoas e em seus direitos, ultrapassando a discussão da recorrência de desastres como algo que envolva apenas aspectos econômicos e/ou materiais;

#### **5. Desafios do campo da Defesa Civil e as possíveis contribuições da Psicologia;**

- a) A diversidade de fazeres do Psicólogo no campo da Defesa Civil;
- b) O psicólogo é um profissional competente para apurar os danos psicossociais uma destruição extensa ocorrida numa comunidade ou, ainda, destruições sucessivas que a mesma comunidade sofre ano após ano, por exemplo, com as chuvas. Esse é uma informação que o gestor público deveria ter nas mãos tanto quanto o volume de chuva que caiu, ou seja, há um desafio de criar uma cultura pública não apenas comprometida com tecnicidades das engenharias e meteorologia (que são importantes), mas com dimensões da saúde mental, emocional dos afetados e com outros profissionais, como da assistência social, saúde pública, sociologia, que podem oferecer projetos de reconstrução promovendo o fortalecimento identitário e territorial em bases seguras;
- c) O psicólogo, também tem um papel importante na interação com outros profissionais, como da área de jornalismo e comunicação, orientando sobre formas mais apropriadas das dimensões de sofrimento na inserção em áreas de risco, nos abrigos temporários, na ausência de uma política de reconstrução, que auxilie a opinião pública a sensibilizar-se com a recuperação da dignidade pessoal e social deste grupo, desnaturalizando as desigualdades sociais;

#### **6. O interesse da Sociedade e o interesse dos psicólogos.**

- a) Modo de buscar o aprimoramento e construção de políticas públicas na perspectiva da integralidade;
- b) Forma de lidar com um campo de trabalho em expansão.

